

Ipea: desaceleração no país dura mais um ano

economia - Brasil

Instituto reviu de 4% para 2,7% a previsão de alta do PIB em 2001. Investimento não crescerá

Editoria de Arte

Flávia Barbosa

• Mesmo traçando um cenário externo bastante otimista a partir de outubro, com recuperação dos Estados Unidos e um desfecho para a crise da Argentina, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) prevê que a economia brasileira estará desaquecida até o fim do primeiro semestre de 2002. Somente neste período o Ipea acredita que o racionamento vai terminar e o Produto Interno Bruto (PIB) começará a reagir.

Até lá, o país crescerá a taxas baixas e declinantes: 1,7% no terceiro trimestre deste ano, 1% no último e 0,5% de janeiro a março de 2002. Entre abril e junho, o PIB deve subir 2,4%, para expandir-se acima de 4% apenas a partir de julho do próximo ano. O Ipea reviu de 4% para 2,7% a previsão de expansão do PIB em 2001.

Danos virão da alta de juros e dólar e do racionamento

A queda será liderada pela indústria, cuja produção terá expansão de 2% em 2001, contra previsão inicial de 5%. A taxa de investimento não terá



variação até março do próximo ano. Segundo Paulo Levy, coordenador do Grupo de Conjuntura do Ipea, a desaceleração será o efeito combinado da alta dos juros, da disparada do dólar e da crise de energia:

— Mesmo considerando que as turbulências no câmbio e nos juros passarão ainda este ano, a economia vai demorar

para sair dessa situação difícil.

O ambiente externo mais calmo garantiria o fluxo positivo de investimentos para o Brasil e a cobertura das necessidades de financiamento em 2001 e 2002. Com isso, Levy diz que diminuirá a pressão sobre o câmbio, e o dólar fecharia o ano cotado a R\$ 2,39. Daí em diante, o cenário seria

de estabilidade e a moeda americana chegaria a dezembro de 2002 valendo R\$ 2,42.

— Já os juros ficarão em 19% ao ano até setembro. Mas, a partir de então, deverão cair 0,5 ponto percentual a cada trimestre — diz Levy.

Para Ipea, metas fiscais do acordo com FMI são factíveis

A evolução positiva dos dois indicadores permitirá uma redução da relação entre a dívida líquida do setor público (cerca de R\$ 612 bilhões) e o PIB. No melhor cenário, a proporção fecharia este ano em 52,4% e cairia a 50,6% em 2002. Levy pressupõe um aperto na política fiscal, com o país alcançando superávits primários de 3,4% do PIB este ano e de 3,5% em 2002. Os números batem com as metas acertadas com o FMI, de 3,35% e 3,5%, respectivamente.

— São factíveis as metas de superávit. Há um colchão de R\$ 4 bilhões, com cortes já feitos, novo imposto de combustíveis e Cofins sobre importações. Além disso, a rubrica de outros custeios e capitais cresceu 15% até junho. Podem sair daí novos cortes — diz. ■